

## O “Preciso” e a retórica dos revolucionários de 1817

The "Precise" and revolutionary rhetoric of 1817

Flavio José Gomes Cabral\*

**Resumo:** Há duzentos anos, por ocasião da deflagração do movimento revolucionário no Norte da América portuguesa, que teve como epicentro a província de Pernambuco, durante alguns meses a autoridade real foi contestada concorrendo para a fundação de uma república que alcançou outras províncias nortistas. No calor dos acontecimentos, vários panfletos são editados, entre eles o “Preciso” que procurou popularizar o movimento rebelde além de justificar os motivos do rompimento com o rei português. Durante o processo revolucionário, utilizou-se a comunicação impressa ou de boca em boca que se tornaram importantes veículos de difusão das propostas políticas que se opunham ao atual modelo respaldado no despotismo, na falta de liberdade e outros valores que esmagavam os anseios e esperanças dos brasileiros.

**Palavras-chaves:** Revolução de 1817, linguagem revolucionária, sociabilidade sediciosa.

**Abstract:** Two hundred years ago, on the outbreak of the revolutionary movement in Portuguese North America, whose epicenter was the province of Pernambuco, for some months the royal authority was contested for the foundation of a republic that reached other northern provinces. In the heat of the events, several pamphlets are edited, among them the "Preciso" that tried to popularize the rebel movement besides to justify the reasons of the break with the Portuguese king. During the revolutionary process, printed or word-of-mouth communication was used that became important vehicles for

---

\* Doutor em História pela UFPE, professor de História da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco. Autor de, entre outros livros: *Conversas reservadas: “vozes públicas” e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013 (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 2011); *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador. Pernambuco, 1820*. São Paulo: Annablume, 2004. E-mail: gomescabral@uol.com.br

disseminating political proposals that opposed the current model backed by despotism, lack of freedom and other values that crushed the desires and hopes of the Brazilians.

**Keywords:** Revolution of 1817, revolutionary language, seditious sociability.

Depois de tanto abusar da nossa paciência por um sistema de administração combinado assente para sustentar as vaidades de uma corte insolente sobre toda a sorte de opressão de nossos legítimos direitos, restava caluniar agora a nossa honra com o negro labéu de traidor aos nossos mesmos amigos, parentes e compatriotas naturais de Portugal; e era esta porventura a derradeira peça que falta de se opor à máquina política do insidioso governo extinto de Pernambuco.<sup>1</sup>

As palavras acima fazem parte do primeiro parágrafo de um folheto impresso espalhado pelas ruas recifenses intitulado “Preciso”, escrito em 10 de março de 1817, pelo advogado José Luís de Mendonça (natural de Porto Calvo, antigo território pernambucano e hoje alagoano) em pleno calor dos acontecimentos advindos de um movimento rebelde iniciado em Recife, quatro dias antes, e que procurou desatar os laços que uniam os pernambucanos com o soberano bragantino. O impresso é assaz interessante e teria sido o primeiro entre outros que saíram a lume, em 1817, a exemplo de proclamações redigidas para popularizar a revolução iniciada em Recife no dia 6 de março de 1817, com repercussão em outras províncias nortistas. Esses papéis foram impressos na tipografia batizada de “Officina typographica da 2ª Restauração de Pernambuco” ou “Officina Typographica da República de Pernambuco 2ª vez Restaurada”. Sob essa perspectiva, justifica-se o motivo de a Revolução de 1817 se autoproclamar “segunda restauração de Pernambuco”, já que a primeira seria a que expulsou os holandeses em 1654.<sup>2</sup> Vivia-se, assim, um momento

---

<sup>1</sup> Preciso dos sucessos, que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima, gloriosíssima revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço de nossos bravos patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real. (AHI. lata 195, maço 04, pasta 14).

<sup>2</sup> Com a derrocada da revolução, a Coroa por avido de 15 de setembro de 1817, cassou seu funcionamento devido ao “infame abuso que se fez da oficina tipográfica”, cuja autorização havia sido concedida em 9 de novembro de 1816 a Ricardo Fernandes Catanho, ordenando que todo material tipográfico fosse remetido para o Rio de Janeiro sem perda de tempo. Apesar da pressa, parte da tipografia permaneceu no Recife voltando a funcionar em 1821, por ocasião da mudança política ocorrida no Reino português decorrente da Revolução do Porto de 1820. De sua autorização para o funcionamento até a eclosão da revolução, a tipografia manteve-se parada e todo equipamento permaneceu encaixotado por falta de mãos especializadas para lhe

histórico que se unia a uma luta contra o estrangeiro no século XVII. Atrelado a esse evento, inventava-se um calendário cujo ponto de partida era a própria revolução (CABRAL, 2013, p. 80-81). Na Paraíba, por exemplo, os decretos e outras decisões assinados por sua junta de governo, após a data, dizia-se que havia sido firmado no primeiro ano de sua independência.<sup>3</sup>

O “Preciso” tinha o objetivo de esclarecer à população os motivos do levante, além de busca de apoio à causa revolucionária, isto porque, como bem observou Dominique Pélassy “nenhum sistema político é mudo”, e um “poder que não fala pelo *décor*, pela *mise-em-scène*” perde sua adesão. O poder precisa “flertar” com as massas para lograr sucesso (CAPELATO, 2009, p. 5). Tais iniciativas demonstram o quanto os revolucionários entendiam e reconheciam a importância da comunicação como elemento importante para divulgação do ideário político do movimento em curso.

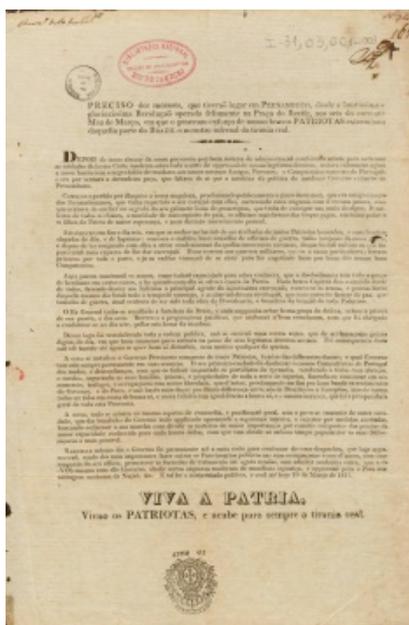


Figura 1- O Preciso

<https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/pernambuco-1817-a-revolucao/a-revolta/>

---

dar funcionamento. Sobre o tema, leiam-se: (COSTA, 1958, p. 398; BERNARDES, In: BRAGANÇA & ABREU, 2010, p. 191-204).

<sup>3</sup> Como exemplo, trazemos aqui um decreto do referido governo em que amplia o comércio daquela localidade as a todas as nações: “Viva a Pátria. O Governo Provisório da Paraíba, considerando-se amigo de todas as nações comerciantes, e desejando ampliar o comércio por todas as vias decreta, como decretado tem que os direitos de entrada em todos os nossos portos, sejam iguais a estrangeiros e nacionais reduzidos a cobrar-se nas alfândegas metade somente dos direitos que dantes se cobrava. Casa do Governo Provisório da Paraíba, 18 de março de 1817. O 1º da Independência. Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco José da Silveira, O padre Antônio Pereira de Albuquerque Melo, Francisco Xavier Monteiro da Franca” (DH, 1953, p. 81, v. CI).

Quanto ao título do impresso, talvez tenha sido inspirado no léxico francês *précis*, espécie de resumo dos acontecimentos. Escrito num momento em que as principais figuras da revolução discutiam sobre o futuro de Pernambuco e da região nortista, quando muitos ainda receavam romper definitivamente com d. João VI, a exemplo do citado advogado, preferindo conservar a soberania real, pedindo-lhe, através do governador deposto Caetano Pinto de Miranda Montenegro, alívio da carga tributária que amofinava a população, bem como reformas imediatas das leis que reprimiam as liberdades.

As alocações de Mendonça causaram repulsas a revolucionários de feições mais radicais, entre eles o rico comerciante capixaba Domingos José Martins, que desesperado com o que acabava de ouvir procurou o irrequieto capitão mulato Pedro Pedroso, o qual chegou a desacatar o advogado xingando-o de traidor. Pedroso em ato de desatino chegou a desembainhar a espada partindo em direção ao advogado com o propósito de assassiná-lo, não chegando a materializar o ato devido à interferência dos membros do conselho do Governo Provisório que se encontrava reunido na localidade.<sup>4</sup> Desfazendo-se em desculpas, o agredido, no dia seguinte, redigiu o mencionado documento que, na prática, além de sintetizar o desconforto em manter relação com o monarca, acusava-o de ter abandonado os pernambucanos à própria sorte, inclusive massacrando-os com a pesada mão do despotismo, vitimando-os com pesada carga tributária.

O “Preciso” se revestiu de arauto de declaração de rompimento de Pernambuco com o rei, captando as queixas dos habitantes da província aborrecidos com as frequentes exigências da corte “interiorizada” no Rio que para fazer jus a seus gastos o Tesouro sacava previamente sobre os erários das províncias nortistas, sem levar em conta se eles podiam pagar esses saques, cabendo aos governadores honrar as exigências. Essas exigências contribuía para onerar os cofres num momento em que a província vinha se recuperando economicamente, devido a um sensível crescimento da grande lavoura e do comércio. Observa Evaldo Cabral (2004, p. 31-32) que, nesse contexto, quando a Coroa se empenhava em centralizar sua administração na América portuguesa não conseguia impedir determinadas situações. Neste caso, “nada podia contra as realidades físicas que tornaram as antigas capitânicas de cima mais facilmente governadas e socorridas de Pernambuco, do que as da Bahia ou do Rio” o que explica o fato da adesão de parte das províncias nortistas ao movimento revolucionário de 1817, que teve como epicentro a província pernambucana.

---

<sup>4</sup> O conselho estava composto pelo desembargador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado Silva (irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva), pelo dicionarista Antônio de Moraes Silva, doutor José Pereira Caldas o vigário geral da diocese Bernardo Luiz Ferreira Portugal e o negociante Gervásio Pires Ferreira (DH. 1954, p. 99, v. CV).

No dia 6 de março, após o incidente no quartel em que houve mortes e apressou o levante, era possível ver andando pelas ruas recifenses alguns líderes da revolução reunindo a população, vociferando contra o rei e pregando a revolta. Os homens que tomaram as ruas não estavam a serviço de maçons, letrados, comerciantes ou proprietários de terras. “Eles tinham suas próprias motivações e intenções”, embora seja bom lembrar que “nem todos estavam alheios aos rumos da política internacional do período napoleônico” (CARVALHO, 1997, p. 200). Daqueles espaços públicos era possível se ouvir a gritaria de “Viva a independência!, Viva a liberdade dos filhos da pátria! Morram os europeus! Segundo Luís Vicente Bourges, português domiciliado em Nantes, morreram 26 pessoas durante as refregas. Outra testemunha, o capitão do navio *La Perle*, eleva aquele número para 50 ou 60 mortes. Oliveira Lima chama a atenção para esses números alertando que tais vítimas não foram obras dos soldados e milicianos insurgentes, mas de alguns prisioneiros que foram libertados da cadeia, “tanto que a ulterior ocupação, pelos regulares desta revolução, em suma ordeira, do bairro do Recife, não foi manchada por igual morticínio” (LIMA, 1996, p. 500).

Em toda a história da monarquia portuguesa, a Revolução de 1817 foi a mais afoita, uma vez que chegou a quebrar com o tradicional vínculo de união entre os vassallos ao rei: a fidelidade, considerada um dos principais pilares de identidade portuguesa, além de ter sido a mais radical tentativa de enfrentamento que a Coroa encarou em sua história (BERNARDES, 2006, p. 205). Até aquele ano, nenhuma outra rebelião chegou a tomar o poder. Apesar de não ter sido obra do acaso, uma vez que vinha sendo maquinada pelo menos há uns dez anos, a revolução “apresentou-se, contudo, com suas vestimentas usuais de indisciplina, desordem e violências”. Iniciou com uma aquartelada, com homicídio de militares superiores e subalternos, tomando em seguida as ruas.

Quando as ruas estavam tomadas pelos revolucionários, era possível se ver os mais exaltados dando vivas à liberdade, de morra o despotismo ou “o Brasil está liberto de seus tiranos”, como assim bradava o padre João Ribeiro no meio dos amotinados (TAVARES, 1969, p. 158). Por aqueles espaços, pessoas eram cooptadas a tomar parte na insurgência. Esses lugares haviam se transformado em palco de manifestações por onde corriam impressos e a palavra oral que ajudavam a delinear atitudes e identidades culturais e políticas. Além dessas emoções proliferaram outras como as vozes e os gestos, que não podendo ser captados em registros escritos tomaram conta daqueles ambientes ao lado dos boatos e o disse-me-disse, que para Arlette Farge (1992), estudiosa francesa dos setecentos, tratava-se de “opinião pública”. Muita gente com o grito preso na garganta, pensando que

havia chegado a sua vez, deixou extravasar suas emoções. Vibrava a força da palavra falada e dos contatos. Se uns se retraíam com o medo que o movimento gorasse, temendo pela mão pesado do soberano, outros foram mais ousados. Muitos negros e forros fazendo suas próprias interpretações alistaram-se para o serviço da pátria como soldado, a fim de defender a república e obviamente seus interesses. A preta forra Maria da Conceição, moradora no Beco do Marisco, aproveitou a ocasião e desacatou uma senhora branca. Talvez em outro momento houvesse sido humilhada, e percebendo o clima da mudança resolveu ir à desforra. Com a queda da revolução foi denunciada, e como punição sofreu o castigo de 72 palmatoadas (MELLO, 1895, p. 117).

No dia do levante o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro se refugiou no Forte do Brum e, no dia 7, o movimento se consolidaria com a instalação do governo provisório, inspirado no Diretório da Revolução Francesa, que ficou encabeçado pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Negromonte; pelo negociante Domingos José Martins, pelo advogado José Luís de Mendonça, pelo proprietário Manuel Correa de Araújo, e pelo militar Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa. Para compor o conselho, foi escolhido o desembargador Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, o dicionarista Antônio Morais e Silva, o doutor José Pereira Caldas, o deão Bernardo Luís Ferreira Portugal e o negociante Gervásio Pires Ferreira (DH, 1954, p. 99, v. CV).

Ao se divorciar do corpo mítico do rei, o exercício da autoridade da jovem república se respaldava segundo o preâmbulo da Lei Orgânica da República na soberania popular, (DH, 1954, p. 16, v. CIV) opondo-se aos valores do Antigo Regime. Em síntese, alguns princípios do liberalismo se vislumbravam na citada Lei: a distinção dos poderes, afirmação dos direitos individuais, a ideia de pacto social, tendo por princípio a segurança das pessoas. Com o novo estatuto, os indivíduos passavam a prestar vassalagem à pátria particular, “e não ao rei de Portugal”.<sup>5</sup> Deixava-se de ser serviente ao monarca e, pela primeira vez se viam revestidos de direitos, inclusive de opinião. Havia advertência para os servidores da República: quem minasse a dita soberania e os direitos dos homens ou provocasse a desarmonia seria responsabilizado por seus atos (DH, 1954, p. 19, v. CIV).

Sobre a referência aos “direitos dos homens”, os revolucionários não se restringiram a alocações, chegaram a mandar imprimir a “Declaração dos Direitos Naturais e civis e políticos do homem” impresso igualmente com o “Preciso” e outros papéis doutrinários, a exemplo das proclamações destinadas aos cearenses, aos “habitantes do Cabo” e aos

---

<sup>5</sup> Carta do paraibano Matias da Gama Cabral e Vasconcelos passado no Engenho dos Reis em 17 de março de 1817 (DH 1953, p. 33, v. CI).

“Denodados patriotas baianos” (AHI, lata 195, maço 06, pasta 02), além das diversas pastorais do bispado olindense pedindo apoio do clero e do seu rebanho em defesa da revolução. Este tipo de alocução, em que procurava cooptar a população não apenas pernambucana, mas do Brasil preocupou a Coroa e no dizer de Oliveira Lima “teria sido o maior susto da corte” (LIMA, 1996, p. 502), efeito que o diplomata francês Maler achava inevitável.

O léxico “pátria” se revestia de características peculiares. No Brasil do tempo da revolução de 1817, dificilmente se usava a palavra “nação”, sendo mais frequentes os termos “pátria” e “patriota”, vocábulos que, aliás, ao longo dos anos, se revestiu de significados diferentes, sendo muito politizado pela Revolução Francesa “a partir da associação com a defesa do que era público e com uma série de valores que consagravam a liberdade política” (VILLALTA, 2003, p. 63). Na realidade, muitas palavras já existiam, entretanto, os rebeldes lhes deram outra roupagem, inventaram nova forma diante do momento, pronunciando-as quase que exaustivamente diante da conjuntura que carecia de elemento novo diante da mudança política radical.

No âmago do Império português, do princípio do oitocentos, entendia-se por “pátria” o local do nascimento, como bem demonstra o dicionarista Bluteau. Em 1817, portanto, a pátria dos rebeldes era Pernambuco, a Paraíba ou Rio Grande Norte. Presente na maioria dos documentos tecidos pelos revolucionários, o termo “patriota” tratava-se de um indicativo local e marcou o movimento, uma vez que no tempo da Independência não existiam na América portuguesa sentimentos de nacionalismos. Nesse sentido, o léxico adquiriu - durante o desenrolar da rebelião - “estatuto indicador de uma nova identidade política” (BERBEL in JANCSÓ, 2003, p. 348) como percebeu Berbel, e segundo esta autora “nem sempre a defesa da Pátria esteve associada à defesa da nação, uma vez que esta última palavra sempre remetia aos vínculos pessoais que uniam os súditos ao seu rei” (BERBEL in JANCSÓ, 2003, p. 344). O sentimento de patriotismo defendido pelos insurgentes não se afasta do tipo de patriotismo pensado por Halperin Donghi (MEGLIO in GOLDMAN, 2008, p. 120). Para este autor, o “patriotismo significava participar activamente de la causa colectiva, privilegiar el bienestar común al próprio”. Seguindo essa linha de raciocínio para os homens de 1817, patriota se constituía em um defensor da pátria, priorizava os valores políticos e morais da República contra o “despotismo” real. Na prática o patriotismo de 1817

Adiantava um nacionalismo *avant la lettrre*. Poderia atingir todos os habitantes do Brasil, ou o conjunto da nação portuguesa. Mas esse patriotismo só se concretizou em uma determinada região do império ainda português. Assim, ainda que o objetivo da República não fosse a separação do conjunto da nação, esse resultado não estava descartado (BERBEL in JANCSÓ, 2003, p. 355).

Ao romper com o corpo mítico do rei, muitos homens que promoveram a revolução foram incursores no crime de lesa majestade, isto é, crime de alta traição, porque simbolicamente haviam seccionado o corpo real em um solo que, por sinal, abrigava o rei e sua corte (BERNARDES, 2006, p. 205). Com a fundação da nova ordem social e política, inventou-se novas formas de tratamento. A antiga e cerimoniosa forma de tratar utilizando “vossa mercê” foi substituída por “vós” e a palavra “patriota” se tornou um evocativo utilizando antes dos nomes. A introdução dessas formas de tratamento assombrou muitos senhores patriarcais, porque incentivou uma certa igualdade, no falar, entre a população.

Com a inauguração do novo tipo de soberania, o surgimento de novas formas de tratamento e a noção de igualdade são atitudes claras de rompimento com a ordem monárquica absoluta. O “Preciso” finalizava dando vivas aos patriotas e em sinais de desabafo dizia que “acabe para sempre a tirania real”. Sinais de novos tempos, o da liberdade. Os tempos do despotismo haviam ficado para trás. Com o rompimento do pacto real, o súdito estava liberado de se curvar perante ele e de seus símbolos, uma vez que o soberano havia descumprido sua parte.

O velho pacto que os rebeldes acusavam ter sido rompido por d. João VI se ancorava no mito da restauração do domínio português, quando em 1654, os holandeses foram escorraçados da capitania à custa de muita perda de sangue e fazenda dos antepassados dos pernambucanos que, movidos de “sentimentos nativistas” reconquistaram Pernambuco dos holandeses e devolveram-no ao soberano. Em contrapartida, pela fidelidade, a Coroa passou a oferecer isenções fiscais, administrativas e outras mercês aos pernambucanos, o que naquele momento não vinha sendo observado (MELLO, 1989, p. 105). Foram através dessas velhas lembranças que os homens de 1817 buscavam explicar a existência de um “acordo”, exigindo do rei tratamento especial. Foi ancorado nos emblemáticos lugares de combates (Guararapes, Monte das Tabocas e Casa Forte) contra o invasor flamengo, e nos heróis que os expulsaram da capitania, que um panfleto manuscrito, datado de 12 de março de 1817 e assinado por três dos membros do Governo

Provisório: padre João Ribeiro Pessoa, Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge, buscou apoio para a pátria:

Patriotas, honrados pernambucanos, os Campos de Guararapes, Tabocas e Casa Forte são os maiores Padrões de valor e fidelidade que têm unido os seus heróis não eram mais que nós, porque o que tinham de grande era o ser de Pernambuco que nós também somos. Adoremos, patriotas amados, ao Grande Deus, a esse ser imenso, ornado de Justiça e bondade, levantemos a mão por ele mesmo, juremos uma eterna fidelidade à pátria, de sustentar denodamente a grande causa da liberdade e de não tomarmos outra medida, que não seja de fazer durável para todos os séculos, ou de morrer, escravos fiéis imitadores dos grandes heróis que desassombraram Guararapes, Tabocas e Casa Forte. Aos 12 de março de 1817. Viva a liberdade (AHI, lata 195, maço 06, pasta 02).

Evocando os heróis da Restauração, o Governo Provisório, em 15 de março de 1817, percebendo a necessidade de se formar uma força para combater os exércitos realistas, através de uma proclamação chamava a mocidade, herdeira “naturais da bravura e da glória dos Vieiras e Vidais, dos Dias e Camarões” a se alistarem “debaixo das bandeiras da liberdade”. Lançava apelo aos “pais e mães de família” que incentivassem os filhos para aquela empreitada e asseverava que eles brevemente iriam ver seus rebentos “coroados pelas mãos da pátria dos mesmos louros que ganharam os heróis de Tabocas e de Guararapes” (DH, 1953, p 27-28, v. CI). Escreveu Luiz Geraldo da Silva (2003, p. 509) que os negros pernambucanos também beberam nessa fonte da memória e da representação mental do que designou de “panteão da restauração”, que incluía entre os heróis da guerra flamenga o negro Henrique Dias.

Na linguagem expressa nos diversos documentos, seja impressa ou manuscritos ou nas cartas particulares; há, com frequência, denúncia sobre a tirania real, bem como referências de despotismo a sua administração, enquanto que o cotidiano de seus súditos é caracterizado como escravizado. O paraibano Matias da Gama Cabral de Vasconcelos dizia, em 17 de março de 1817, que no dia 13, Deus havia acordado seus conterrâneos “do letargo em que nos achávamos e abríssimos os olhos ao pesado jugo a que éramos sujeitos do rei de Portugal e de seus magistrados, que eram déspotas” (DH, 1953, p 33, v. CI). E para “debelar o despotismo” e a ira real que deveria abater sobre a província, resolveu o governo pernambucano elevar o soldo dos militares, uma vez que eles haveriam de defender a

pátria dando “por ela o sangue e a vida” (DH, 1953, p. 11, v. CI). O já citado missivista paraibano, ao comparar a antiga ordem e os atuais tempos, dizia que a revolução haveria de libertá-los “do acérrimo cativeiro de tantos anos” (DH, 1953, p. 32, v. CI). O “Preciso” era claro, identificava a exploração à opressão que subtraía “os legítimos direitos dos cidadãos”.

Ao se romper com o velho pacto, as insígnias reais que lembravam a presença do monarca foram abolidas. A tentativa era apagar o “império do despotismo até seus últimos vestígios”<sup>6</sup>. A desafeição ao trono foi tamanha que em várias províncias nortistas, onde a revolução havia alcançado os amotinados, chegaram a agredir os símbolos da realeza deixando os absolutistas boquiabertos. Na vila paraibana do Conde, os mais aguerridos atiraram-se em algazarra sobre a grimpa do pelourinho e com cal tentaram apagar as imagens das armas reais ali existentes em ambas as faces (DH, 1953, p. 158, v. II). Ainda naquela província, por ocasião do ataque dos revolucionários sobre a vila do Pilar, em 13 de março de 1817, por homens vindo, de Itabaiana, a câmara da vila foi tomada pelos insurgentes que se apoderaram das bandeiras do corpo das ordenanças e dos bastões usados pelos vereadores. Estes foram quebrados em vários pedaços e arremeçados à rua sendo pegos pelos transeuntes. Antes desse incidente “por desprezo” e utilizando de instrumento cortante, as armas reais foram removidas dos citados bastões e com vingança estragaram os elementos que compunham as ditas armas: as quinas, os castelos e a coroa que ornavam o emblema (DH, 1953, p. 182-183, v. II).

Durante aqueles incidentes, elementos de serem observados em registros escritos conforme nos chama atenção a já citada historiadora francesa Farge, estiverem presentes entre eles os gestos e a gritaria, entretanto as palavras orais ou escritas jorraram se tornando mágicas, à medida que se via ruir a posição sagrada do rei. A linguagem política, como observou Hunt (2007, p. 42), investia-se de significado. Palavras associadas ao Antigo Regime e os símbolos ou imagens ligadas ao rei foram proibidos. O “Preciso” dava o exemplo, por ocasião de sua impressão as armas reais foram impressas de cabeça para baixo, nítida visão de repulsa pelo soberano.

---

<sup>6</sup> Decreto do Governo Provisório da Paraíba, 18 de março de 1817 (DH, 1953, p. 34, v. CI).

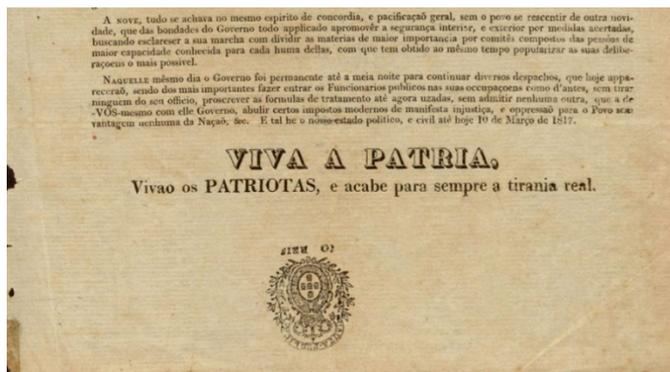


Figura 2 Detalhe do "Preciso"

[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/cmc\\_ms618\\_09\\_02/cmc\\_ms618\\_09\\_02.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/cmc_ms618_09_02/cmc_ms618_09_02.pdf)

Durante o chamado “tempo da pátria”, os nomes, os valores e as lembranças realativas à antiga ordem foram suplantadas por novas designações. Muita gente solicitou mudança ou acréscimo de nome por outros ligados à história local. Um desses casos vem da Paraíba. O patriota brigadeiro Amaro Gomes Coutinho solicitava à junta paraibana que acrescentasse o sobrenome Vieira ao seu nome, em homenagem ao “valente campeão João Fernandes Vieira”, que no tempo dos holandeses se bateu contra o invasor “armando povos, levantando campos, erguendo fortificações e voando com a impetuosidade do raio a todos os pontos contra os opressores da Pátria”. Talvez desejasse imitar o grande herói da Restauração de 1654, quando procurava cooptar homens a engrossar as fileiras revolucionárias. A junta prontamente o atende em 25 de março de 1817, decretando que “ao nome glorioso do nosso caro e esforçado Patriota Amaro Gomes Coutinho se aumente o imortal renome de Vieira, sendo de hoje em diante nomeado Amaro Gomes Coutinho Vieira” (DH, 1953, p. 57-58, v. CI).

Ainda no “tempo da pátria”, havia crença que tudo caminhava para a mundança. A nova ordem, distante da anterior, procurou através da propaganda de boca a boca, proclamações e avisos conquistar a confiança da população. Se antes essas pessoas eram obrigadas a colaborar pecuniariamente ou com pesados tributos para atender o chamamento do monarca, a nova ordem procurou agir diferente procurando conquistar a confiança de todos, afastando o despotismo de suas ações. Passado os primeiros momentos de desconfiança, muitos foram aqueles que resolveram colaborar com o governo doando bens em benefício da pátria. A “generosa patriota [paraibana] Ana Clara de São Jospe Coutinho” foi uma dessas pessoas que não se fez de rogada, oferecendo seus bens em benefício da pátria, constituído do “Engenho do Meio, com fábrica de quarenta escravos e quarenta bois, e mais utensílios para a despesa da guerra”(DH, 1953, p. 41, v. CI).

A República de Pernambuco inaugurada em 1817, principalmente no momento da eleição do Governo Provisório, se inspirou no federalismo dos Estados Unidos da América do Norte. Durante as discussões sobre o projeto da futura Constituição, decidiu-se que ela deveria ter como base a Carta norte-americana, reservando, obviamente, as especialidades locais. Os revolucionários nutriam entusiasmo pela política ianque, e isso ficou evidente quando a junta de governo, ao se dirigir ao presidente estadunidense James Monroe em 12 de março pedindo ajuda, explicava que o movimento revolucionário em curso em Pernambuco se inspirava na “brilhante revolução” norte-americana (DH, 1954, p. 18-19, v. CI). O teor dessa missiva seria publicado no jornal *Norfolk Herald Office* de 24 de abril de 1817, além de abrir canais para comentar os acontecimentos pernambucanos e explicava que os insurgentes estavam em vias de solicitar apoio do governo de Washington para que reconhecesse a nova república e de propor alianças comerciais de mútuos interesses (BOURDON, 1975, p. 262-263). A maior parte da imprensa estadunidense se posicionou a favor dos revolucionários. Muitas daquelas gazetas demonstraram aversão à monarquia, havendo, inclusive, aquelas mais combativas, como o *The Philadelphia Aurora* e o *Niles Weekly Register*. Este, por exemplo, fez críticas à política joanina, classificada por insana enquanto a primeira arriscava no sucesso da revolução insinuando que a velha política de Antigo Regime não atendia os anseios da população, portanto, deveria ser substituída abrindo espaço para a liberdade racional (CUMMIFORD, 1977, p. 16-17).

Diferentemente de outros movimentos contestatórios ocorridos na América portuguesa, o de 1817 em Pernambuco foi alvo de notícias não apenas nas gazetas estadunidenses. A revolução teve repercussão na Europa e nas colônias espanholas da América do Sul, que na época lutavam pela independência, sendo noticiada na *Gazeta de Buenos Aires*, na *Crónica Argentina* e no *Censor*, bem como na *Gazeta de Caracas* e no *Correo del Orinoco*, da Venezuela. Na Europa, o *Times* e o *Correio Braziliense*, ambos editados na Inglaterra, dedicaram algumas páginas sobre os eventos em destaque. Este último, editado por Hipólito da Costa, um brasileiro exilado em Londres, deu pouca importância ao acontecimento, sendo por isso criticado pelo *Correo del Orinoco* em sua edição de 13 de fevereiro de 1819. Segundo o jornal venezuelano, o editor se mostrou apático ao movimento brasileiro e nada foi dito:

Contra nuestra revolución el artículo que vitupera la de Pernambuco, pero siendo de una transcendencia universal los errores de derecho, alegados contra los agentes de esta novedad, también es del deber de todos los hombres libres atacarlos, sosteniendo los principios fundamentales de la

sociedad, para que nunca puedan prevalecer contra el pacto social las invenciones que forman el triple yugo de la monarquía absoluta, de los privilegios feudales, y del fanatismo religioso. (FERNANDES, 2009, p. 151).

O federalismo pernambucano presente em 1817 foi mal interpretado. É notória a aversão de Varnhagen pela revolução e acusações de ter sido um movimento separatista criando, a partir daí tais olhares ao longo do período imperial. Como poderia a revolução em destaque se tratar de separatista se naquele momento não havia uma unidade brasileira? Por outro lado, observou Evaldo Cabral (2001, p. 17), que “separatismo implica a preexistência da nação” e não havendo, em 1817, uma unidade nacional, mas a unidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves construído em 1815. Esta unidade, portanto, é que teria sido ameaçada. Corroborando com essas observações é só seguirmos o pensamento de Frei Caneca, quando acrescentou que, em 1824 o Brasil se encontrava “independente”, mas não estava “constituído”.

O isolamento das províncias nortista do corpo real concorreu para que novos símbolos fossem criados, substituindo os velhos emblemas que lembravam a monarquia absoluta. Nesse interregno, emergiam novos insígnias como a bandeira e o laço azul e branco que procuravam materializar a recente conquista. Após a publicação da capitulação de Caetano Pinto, alguns oficiais começaram a arrancar as insígnias reais de suas barretinas, o que foi seguido por outros. A notícia da vitória dos rebeldes concorreu para que muita gente ávida de curiosidade corresse para o Campo do Erário, posteriormente Campo da Honra e hoje Praça da República. Nessa localidade, em plena Quinta-feira Santa, foi abençoado o pavilhão azul e branco da república, em ato religioso, presididos pelo deão da Sé de Olinda e o padre da Matriz de Santo Antônio.<sup>7</sup>

O ato de bênção das bandeiras se revestiu de um “espetáculo” de uma “teatralização” como bem observou Balandier (1982, p. 10) de um importante “drama” a que compareceram governantes, o clero, militares e gente do povo em um importante ato cívico-religioso ou “encenação”, que procurou destacar o novo poder e sua “entrada na história”. Na realidade, inventou-se um ato inaugural, ou melhor, uma cena pública que se materializou por intermédio dos discursos, perpassando pela liturgia sacra e política quando foram pontuadas as responsabilidades do patriota. Ao se recorrer ao ato religioso,

---

<sup>7</sup> A Paraíba seguiu o exemplo de Pernambuco criando seu pavilhão em 1º de abril de 1817. O governo provisório paraibano achou conveniente, devido sua união com os pernambucanos, adotar a mesma bandeira da vizinha república adotando apenas a cor branca e no centro deste as “mesmas armas de Pernambuco”. (DH, 1953, p. 41, v. CI).

o novo contrato social não rompeu totalmente com o passado, as cenas religiosas revestidas de grande simbolismo procuraram consolidar a conquista ratificando que a nova ordem não havia se distanciado da religião.

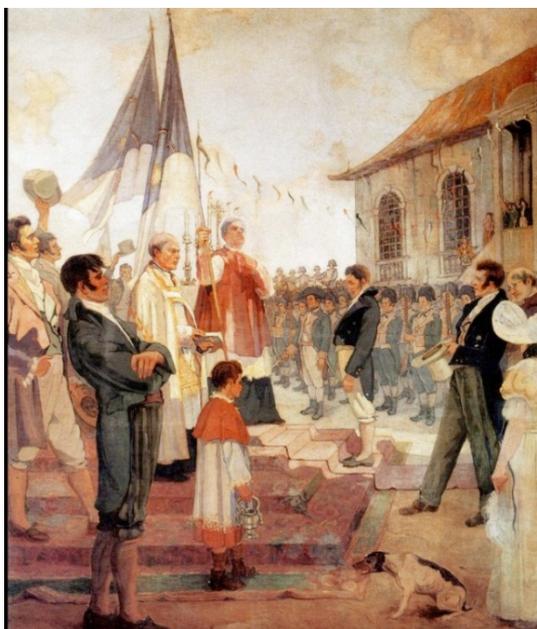


Figura 3 Bênção da bandeira de Pernambuco. Antônio Parreiras.  
Fotografia do autor. Arquivo Público de Pernambuco.

Durante o acontecimento, tocaram-se os zabumbas havendo descarga de artilharia enquanto os presentes, de joelhos e com a mão direita levantada para o alto, juraram defendê-la. Durante toda a solenidade, o sol, como dito, presente na bandeira republicana, era evocado uma vez que o altar fora montado voltado para o Oriente, onde o astro rei nasce. “O sol da manhã era um sol de teor político, de caráter ordenador, e, ao mesmo tempo, justo, presente na própria bandeira porque a todos atinge, sem nenhuma distinção” (SOUZA, 1999, p. 72). A cerimônia foi concluída havendo gritaria de vivas à pátria, à religião e de “morra a tirania real” (DH, 1954, p. v. CII). Nessa ocasião, Frei Caneca distribuiu entre os presentes um verso que celebrava a morte heróica em prol da pátria, uma morte que alcança a eternidade e se perpetua no coletivo” (COSTA, 1958, p. 425):

Quando a voz da Pátria chama,  
Tudo deve obedecer;  
Por ela a morte é suave,  
Por ela cumpre morrer.  
O patriota não morre

Vive além da eternidade;  
Sua glória, seu renome  
São troféus da humanidade.

Quando em 16 de maio de 1817, o jornal norte-americano “Boston Patriot” noticiava a chegada de Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, em território americano, o noticioso explicava que o pernambucano desembarcava nas condições de embaixador da recém-fundada República de Pernambuco. O emissário da revolução vinha com a finalidade de aquilatar os laços de amizade entre os pernambucanos e os norte-americanos, além de tentar assinatura de acordos bilaterais que pudessem garantir os interesses dos dois países. Ainda naquela ocasião o dito jornal informava a seus leitores sobre os passos do movimento revolucionário e a instalação de um Governo Provisório composto por cinco pessoas representantes dos principais setores locais. A gazeta abriu ainda espaço para apresentar a bandeira da nova república sul-americana “*when first hoisted, was represented to have had an iris the centre surmounted by a star, indicative of the State of Pernambuco, other stars to be added as other provinces join the patriot cause*” (BOURDON, 1975, p. 272).

Durante a construção da imagem da República, a diocese pernambucana se posicionou favoravelmente. O deão Portugal explicou que o rei é obra do demônio, porque os homens nascem livres por vontade de Deus. Satanás, em seus disfarces traiçoeiros, engana a humanidade a seguir um rei que não escolheram e os ludibria. Olhando por este prisma, a República se filiava ao divino porque recuperava seu desígnio primeiro. Destarte, o religioso procura ensinar sobre a tarefa dos patriotas: “disciplina e união: a disciplina é origem dos grandes feitos; a união é a fonte de todos os bens, e o veículo exclusivo da força dos Estados” (COSTA, 1958, p. 425, v. 7).

O “Preciso” se preocupou em narrar os acontecimentos do dia 6 de março, dia da deflagração do movimento, advindo no calor de umas refregas militares com vítimas, entretanto, visto pelo seu autor “como festejo de paz, que tumulto de guerra, sinal evidente de ter sido tudo obra da Providência e benefício da bênção do Todo Poderoso” (AHI, Lata 195, maço 04, pasta 14). Pontilhou sobre a fuga do governador régio Caetano Pinto de Miranda Montenegro que, diante da gritaria vinda abandonou o Palácio do Governo instalado no antigo Colégio dos Jesuítas, contíguo à Igreja do Espírito Santo, se refugiando com a família e amigos mais achegados no Forte do Brum. Diante desse fato, os rebeldes se assenhorearam da situação tomando as rédeas do poder, instalando no dia 8 um Governo Provisório. Procurando reverter à ordem quando então “não se ouviram mais outras vozes,

que de aclamações gerais dignas do dia em que um imenso povo entrava na posse dos seus legítimos direitos sociais” (AHI, lata 195, maço 04, pasta 14).

Sobre o novo governo explicava o “Preciso” que empossado o novo governo procurou este restabelecer a calma e a união entre os portugueses dos dois lados do Atlântico. Durante muito tempo, clima de hostilidade existia entre eles. Os filhos da terra xingavam os portugueses de “marinheiros”, estes revidavam os desaforos chamando-os de “caiaados”, isto é de mulatos. Por mais brancos que fossem, deixavam transparecer que tinham um pé na África, seja nos sinais da cor, no cabelo ou nas feições. Mas os lusitanos eram mal vistos haviam deixado a terra se aventurado pelo mar, como marinheiros, para aqui se estabelecerem e viverem às custas dos naturais.

Ainda no dia 8 de março, o conselho do Governo Provisório permaneceu reunido até meia-noite despachando, revisando antigas leis na tentativa de adequar a província à nova ordem política. Nesse interregno, ficou acordado não se mexer com o funcionalismo, aboliram alguns impostos e adotaram uma nova forma de tratamento “vós”, que deveria substituir o cerimonioso tratamento “vossa mercê” bastante restrito a algumas personalidades.<sup>8</sup> A nova forma de tratamento seria estendida não apenas para as autoridades, mas para os cidadãos em geral, além do título de “patriota”. Em 1817 ficou clara a importância da palavra como campo de negociação, de cooptação, de denúncia contra o despotismo que subtraía as esperanças de uma região. Se muitos homens das elites a usaram para arquitetarem a sedição, gente do povo não deixou de fazer por menos. Usaram-na para externar suas vontades. Foram à desforra contra seus senhores. Isso porque, como pensou Certeu (1995, p. 40) “la toma de la palabra tiene la forma de un rechazo; es una protesta”.

---

<sup>8</sup> O tratamento vossa mercê começou a ser utilizado pelos soberanos a partir do século XV em substituição ao tratamento vós que dava “sinais de fraqueza” utilizados inclusive por outros cortesãos bispos, altos funcionários e personalidades importantes e já não traduzia o respeito que a figura real era merecedora. Destarte, surgiu a necessidade criação de uma nova forma de cortesia para os reis de modo a contornar o “empobrecimento” do pronome vós. Na realidade naquele século os soberanos portugueses terem conquistado posição elevada no topo da hierarquia social, cada vez seus súditos dependiam da mercê que podia ser dispensada pelo rei e, em troca de favores e proteção, dedicavam-lhe respeito e obediência. Os súditos, dependentes da mercê ou graça apresentavam suas queixas e requerimentos. Sabiamente pediam por mercê e punham frequentemente vossa mercê por vós, não a pessoal do soberano, e sim a graça e favor eu dele dimanava (MARCOTULIO, 2012, p. 6, 9, 10).

## Considerações finais

Durante a Revolução de 1817, que tinha como objetivo romper com o soberano bragantino objetivando separar o País do Reino Unido português, fundado em 1815. Os revolucionários perceberam que era importante informar a população o motivo do rompimento mandando imprimir o panfleto “Preciso” redigido para popularizar a revolução em que denunciava dom João VI de trair seus súditos com aplicação de pesados impostos além de deixar as capitanias à própria sorte. Destarte, durante o processo revolucionário, tanto a palavra oral quanto escrita foram importantes agentes para a propagação dos ideais revolucionários recursos que por sinal mexeram com a cabeça das pessoas tanto que durante a contrarrevolução foram objetos de perseguição dos realistas. Temia-se que a população se deixasse se sublevar pelas palavras ali contidas. Muitos foram rasgados e queimados quando chegavam às localidades pelas mãos dos almocreves que faziam chegar às mãos das autoridades locais. De uma ou de outra forma, a revolução conseguiu se alastrar, inclusive chegando às regiões sertanejas e são franciscanas.

Como se vê a Revolução de 1817 extrapolou as fronteiras locais alcançando várias localidades. Aliás, a revolução em evidência foi à única em toda a América portuguesa a ter experimentado um autogoverno. Nestes aspectos, ela superou anteriores movimentos rebeldes, entre eles a Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Fato inédito em todo Império português até então, somente ultrapassado pelas agitações políticas no período 1820-1823, quando o primeiro constitucionalismo português foi achatado e a separação do Brasil mostrou ser irreversível.

É verdade que a revolução em destaque foi abafada a ferro e a fogo, mas suas ideias não se apagaram, voltando na década de 1820, em face ao movimento liberal iniciado naquele ano na cidade portuguesa do Porto com grande repercussão no Brasil. Um dos seus efeitos foi abolir o crime político concorrendo para que as cadeias abrissem suas portas definitivamente para os presos políticos de 1817. A partir de então novas movimentações políticas foram orquestradas com a participação de muitos ex-prisioneiros culminando com a Independência. Uma independência que manteve um ramo bragantino no trono e uma monarquia centralizada, aliás, proposta bem diferente da que foi pensada em 1817, cujo modelo primava pela soberania das províncias.

## Referências

### Fontes manuscritas:

Arquivo histórico do Itamaraty (AHI)

Lata 195, maço 04, pasta 14.

Lata 195, maço 06, pasta 02.

Lata 195, maço 06, pasta 02

### Fontes impressas:

DH (Documentos Históricos)

DH. *Revolução de 1817*. Rio de Janeiro, 1953, v. CI.

DH *Revolução de 1817*. Rio de Janeiro, 1953, v. CII.

DH *Revolução de 1817*. Rio de Janeiro, 1954, v. CIV.

DH *Revolução de 1817*. Rio de Janeiro, 1954, v. CV.

DH *Revolução de 1817*. Rio de Janeiro, 1955, v. CIX.

### Referências bibliográficas:

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

BERBEL, Márcia. Pátria e patriotas em Pernambuco (1817-1822): Nação, identidade e vocabulário político. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Impressos e liberdade: Notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850), In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (org.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Recife: Editora da UFPE, 2006.

BOURDON, Léon. *José Corrêa da Serra: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brèsil a Washington (1816-1820)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian: Centro Cultural Português, 1975. (Fontes documentais portuguesas, 6).

CERTEAU, Michel de. *La toma de la palabra y otros escritos políticos*. México: Universidad Ineroamericana, 1995.

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CARVALHO, Marcus. Os militares e a revolta de 1817 em Pernambuco. São Paulo. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. *Anais da XII Reunião da SBPH*, 1997, p. 200.
- COSTA, Pereira da. *Anais Pernambucano*. Recife: Arquivo Estadual, 1958, v. 7.
- CUMMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States Brazillian relations, 1808-1894*. Phd History, Faculty of Texas, Texas, 1977. p. 16-17.
- FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'opinion publique au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Seuil, 1992.
- FERNANDES, Ana Cláudia. A Revolução de Pernambuco nas páginas do Correio Braziliense e do Correio del Orinoco: linguagens, conceitos e projetos políticos em tempos de independência (1817-1820). *Almanack Braziliense*. São Paulo, USP, 2009, nº 9, p. 144-153, p. 151. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11714/13487>
- HUNT, Lynn. *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *Vossa mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MEGLIO, Gabriel Di. Patria. In: GOLDMAN, Noemí. *Lenguaje y revolución: conceptos políticos claves en el Río de la Plata, 1780-1850*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- MELLO, Antônio Joaquim de. *Biographia de José da Natividade Saldanha*. Recife, Typographia de Manoel Faria & Filho, 1895, p. 117
- MELLO, Evaldo Cabral de (org.). *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral. *O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unijuí; Fapesp, 2003, p. 509.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: editora da UNESP, 1999, p. 72.

TAVARES, Muniz. *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969. VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “encruzilhada de desencontro” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista USP*. São Paulo, n. 68, p. 63, jun/ago, 2003.



Recebido: 4 de março de 2018

Aprovado: 15 de maio de 2018